



O povo norte-americano e o poder militar vistos sob uma perspectiva histórica

Barbara Tuchman*

Reprodução de matéria publicada na Revista Marítima Brasileira (2º Trimestre de 1999). *Embora escrito em 1981, julgamos extremamente atual*, comenta o tradutor, em nota de rodapé, com o que o leitor haverá de concordar.

As mudanças ocorridas na esfera do Poder Militar e das Relações Internacionais têm sido, desde 1945, tão radicais que chegam a questionar a relevância do passado.

Provavelmente ele ainda é importante porque, ainda que a experiência obtida nos dois últimos séculos possa ser totalmente inaplicável e inútil nos dias de hoje, consolidou algumas características que, creio, continuarão a existir.

A mais evidente característica da experiência militar norte-americana tem sido seu paradoxo. O povo norte-americano tem sido

antimilitarista, em pensamento e em sentimento, ao mesmo tempo que notadamente combativo em índole e na prática.

No início de sua história, o único princípio em que as 13 colônias concordavam era a total rejeição à idéia de um Exército regular em tempos de paz. Esse sentimento aparece refletido na Declaração de Independência, na qual uma das principais acusações contra George II era a de que ele mantinha entre nós¹, em tempo de paz, e sem o consentimento de nossas legislaturas, um Exército permanente e de haver tornado os

militares independentes do e superiores ao poder civil. Temendo a institucionalização de um Exército regular, as colônias unidas chegaram a prejudicar sua própria luta pela independência, ao se recusarem a permitir o alistamento militar pelo período de duração da guerra. Depois da independência, as colônias retardaram o surgimento do sentimento de nacionalidade, ao rejeitarem a idéia de um Exército nacional em favor de milícias regionais, sob controle estadual, sedimentando firmemente, em suas constituições, o princípio do controle civil sobre os militares.

* Escritora norte-americana. Tradução pelo Contra-Almirante Haroldo Bastos Cordeiro Júnior.

¹ N.R.: A autora é norte-americana, vale lembrar.

O retrospecto histórico norte-americano tem evidenciado maior belicosidade. A maior guerra do século XIX, em amplitude de propósito, violência, dimensão especial, quantidades de pessoal e material envolvidas durante a repercussão militar, foi travada aqui, nos Estados Unidos - a Guerra Civil. Nos dois séculos que transcorreram desde a Independência, soldados norte-americanos se envolveram em 69 campanhas militares contra os índios (sem contar inúmeras escaramuças), duas guerras neste continente (a Guerra de 1812, contra a Grã-Bretanha, e a Guerra Civil) e sete guerras no exterior (Trípoli - contra os piratas bérberes; contra o México; a Guerra Hispano-Americana; as duas Guerras Mundiais; Coréia e Vietnã), sem contar várias incursões na América Latina e na China. De Washington a Eisenhower, os Estados Unidos tiveram dez presidentes que foram generais, no mesmo período de tempo em que a Grã-Bretanha teve apenas um primeiro-ministro, o Duque de Wellington. Daquelas, três eram militares de carreira, enquanto os demais foram advogados (inevitavel-

mente) e políticos, mas cuja atuação no campo de batalha trouxe a promoção ao generalato e a popularidade e preeminência que os conduziu à Casa Branca. Uma expedição militar também colocou Theodore Roosevelt no caminho da Presidência, se bem que não tivesse atingido o generalato. Além disso, dois notáveis soldados, o General Winfield Scott e o primeiro comandante dos Exércitos da União, General MacClellan, foram indicados para concorrer à Presidência; dois outros, o Almirante Dewey e o General MacArthur, muito a desejaram, e um está, presentemente, de muito perto, observando o cargo² se bem que não esteja tão próximo dele como originalmente acreditava.

TRÊS PRINCÍPIOS

Junto com sua belicosidade, os norte-americanos têm evidenciado sua aversão à guerra organizada, por uma desesperada fixação em *três princípios*: o despreparo até a undécima hora: a adoção da estratégia mais rápida para a obtenção da vitória, a despeito dos objetivos políticos; e a desmobilização

instantânea, ainda que as circunstâncias o desaconselhem, no momento em que as hostilidades se encerram.

Essas três características ainda poderão, como já fizeram anteriormente, influenciar a conduta norte-americana. Em 1783, menos de dois meses antes da assinatura do tratado preliminar de paz, o Exército continental já se havia, praticamente evaporado. Um ano após o término da guerra, o Congresso votou pelo desmembramento do Exército nacional, então constituído por 700 homens, mantendo apenas 70 para guarda dos paíóis de munição, e não permitindo que nenhum oficial tivesse patente superior à de capitão. Depois da Segunda Guerra Mundial, a desmobilização foi tão rápida que pôs em risco a continuação da ocupação do território conquistado. O General Eisenhower foi forçado a empregar todas as pressões possíveis para que o Congresso estendesse, por mais um ano, o alistamento, porque, se não o fizesse, seria, como escreveu em seu diário, o caos. O mesmo havia ocorrido em todas as guerras, desde 1783, de que havíamos participado.

² N.T.: Parece a autora referir-se ao general Alexandre Haig, chefe do Estado-Maior da Casa Branca.

A fobia contra o Exército permanente decorria não de qualquer aversão à luta, mas da paixão pela liberdade que impregnara o século XVIII.

O antimilitarismo tem sido um sentimento fundamental na história americana.

* * *

Que o povo norte-americano é de índole violenta não há como negar.

Em virtude dos grandes conflitos políticos que ocorreram na Grã-Bretanha naquele século, a instituição *Exército permanente* era vista, pelos britânicos, e por sua descendência transplantada, como uma grande ameaça aos homens livres, o instrumento por excelência da escravidão, que conduziria qualquer país à tirania. Daí decorria o princípio subjacente de dispensar essa horrível instituição, de depender de um Exército de cidadãos, de diminuir, tanto quanto possível esse perigo, adotando o alistamento por curtos períodos de tempo, de terminar, tão rapidamente quanto possível, qualquer estado de beligerância e de não manter Forças Armadas regulares, de qualquer dimensão, à espera da necessidade eventual de sua utilização.

Uma vez iniciado o conflito, entretanto, é evidente a preferência norte-americana por ações ofensivas e agressivas, seguidas pelo retorno ao país e à vida normal tão logo possível. Tanto o Sul como o Norte, na Guerra Civil, esperavam resolver suas diferenças por meio de um rápido combate decisivo; ninguém pensava na prolongada agonia, de quatro anos que se seguiu. Essa agonia poderia ter sido evitada, caso a estratégia preconizada por Winfield Scott, de estrangular a Confederação (o Sul) por um bloqueio econômico, até que o Norte pudesse equipar e treinar Exércitos de poder combatente superior tivesse sido adotada, mas isso era muito vagaroso para a natureza norte-americana. Se tivesse existido, no início, um Exército de caráter nacional, a rebelião do Sul poderia ter sido imediatamente debelada. Em nossos dias, a contenção da União Soviética poderia ter sido muito diferente, se a estratégia preconizada por Churchill, invadir a Europa pelo Sudeste, tivesse sido adotada - e, é claro, bem sucedida -, mas tal linha de ação era muito indireta e lenta para o gosto norte-americano. *Uma de-*

mocracia não pode lutar uma Guerra dos Sete Anos, disse o General Marshall.

Qualquer que seja o modo de pensar no dia de hoje (o que não está nada claro), o antimilitarismo tem sido um sentimento fundamental em nossa história. A supressão do militarismo, personificado pelo Kaiser, foi considerada por muitos como um dos propósitos da Primeira Guerra Mundial. Junto com o isolacionismo e a neutralidade, que abordarei a seguir, o antimilitarismo tem provocado paixões muito acirradas, só suplantadas pelos sentimentos de iminência de guerra. Basta recordar-se, apenas, as Sociedades Americanas para a Paz, dos anos de 1840, os ideais e esperanças suscitadas pelas duas Conferências de Desarmamento de Haia, a repulsa pública ante as revelações, na década de 1930, das atividades da indústria bélica e a repugnância à conscrição que os norte-americanos evidenciam tão mais ostensivamente que os europeus.

Belicoso não; violento sim. *Que o povo norte-americano é de índole violenta não há como negar,* e as razões para essa violência se encontram no princípio de

sua história. Os primeiros colonizadores da vastidão selvagem da América do Norte tinham que portar armas para sua própria defesa. Cada homem precisava possuir armas para defender sua família e sua casa do ataque dos indígenas e, também, para caçar para sua alimentação; cada comunidade designava um *capitão* para a defesa comum. A atividade militar era individualista e vital, não imposta por formaturas de parada ou uniformes engomados, para a defesa de alguma dinastia remota ou da ambição de um monarca.

Como indutor de violência, de ambos os lados, a remoção dos indígenas do território que os colonizadores pretendiam ocupar era de grande importância e o conflito entre os colonos e os indígenas foi muito mais intenso, prolongado e árduo do que é geralmente recordado. Os massacres realizados pelos indígenas e sua selvageria tinham, como contrapartida, as traições, as capturas e as chacinas promovidas pelo homem branco contra os peles-vermelhas. O que não significa que não existissem, também, relações amistosas e decentes entre as duas raças, como

existiram, mas que a disputa foi dura, prolongada e ainda mais exacerbada quando a Grã-Bretanha e a França envolveram os indígenas nas guerras que travaram neste continente.

Depois da violência, e durante a fase de crescimento de nosso país, como nação, a luta com os indígenas continuou com a inelutável expansão da nova república e a trágica e lenta derrota dos habitantes nativos que, bravamente, resistiram até o fim. A conquista de um continente não é tarefa delicada. Sete anos e oito comandantes, em duas guerras foram necessários para expulsar da Flórida, os seminóis, se bem que eles não tivessem sido mais de mil guerreiros e não dispusessem de qualquer apoio ou fonte de suprimentos externos. As forças norte-americanas somente tiveram sucesso pela destruição das aldeias e das lavouras dos indígenas, e pela captura de seus chefes durante uma tréguia. As dificuldades da guerra de guerrilha quando, como escreveu um historiador militar, a *guerrilha é animada por um intenso desejo de independência*, nunca estiveram mais evidentes, e uma boa análise da

Guerra dos Seminóis poderia ter proporcionado, aos planejadores da Guerra do Vietnã, talvez mais do que os computadores do Pentágono. Mas, por outro lado talvez não o tivesse feito. A informação que não atende aos preceitos ou desejos dos planejadores tende a ser ignorada, qualquer que seja sua origem eletrônica ou humana.

A conquista das planícies do Oeste levou 50 anos de luta incessante. Eventualmente, quando a Guerra Civil liberou homens armados para a fronteira, a despesa foi vencida pela construção de fortes, pela carabina de repetição, pela inanição, pela estrada de ferro, pela traição, pela política de criação de reservas para os indígenas e, finalmente, pelo extermínio dos búfalos, que forneciam aos indígenas das planícies do Oeste alimentação, abrigo e vestuário. A última batalha foi travada em 1890 - há pouco mais de cem anos. Como um esforço profundo e contínuo, durante a fase de nosso desenvolvimento como nação, a guerra com os indígenas não pode ser esquecida, se bem que pareça difícil dizer se deixou qualquer marca, ainda evidente, em nossa população

atual, e que tenha sido relevante para a década de 1980.

SEGURANÇA PARA O CONTINENTE

A segurança externa foi, inicialmente, um problema terrestre na América do Norte mas, depois de debelada, em 1763, a ameaça proveniente do Canadá, o problema de defesa se deslocou para os litorais. Essa necessidade se tornou evidente durante a Guerra da Independência, quando o domínio do mar, exercido pela Grã-Bretanha, lhe permitiu colocar suas tropas terrestres em nosso território. Tão logo a jovem República conseguiu amealhar alguns recursos financeiros, começou a construir uma força naval, de seis fragatas, e a fortificar as costas contíguas a nossos principais portos. Uma Marinha não significava tanto aqui como na Grã-Bretanha, um perigo à liberdade, e logo se tornou aceitável, como um canal para o exercício de força, sem que se levantassem as suspeitas inerentes a um Exército.

Basicamente, entretanto, para usar as palavras de Washington em seu *Discurso de Despedida*, a seguran-

ça externa norte-americana dependia de *nossa posição, separada e distante*. Só ela, se os norte-americanos permanecessem unidos, seria suficiente para afastar os perigos vindos do exterior e fazer com que sua posição de neutralidade fosse respeitada. Seu pensamento era racional, mas os acontecimentos não o eram. Os britânicos, como aconteceu, não respeitaram nossa neutralidade, o que resultou na Guerra de 1812, como os livros de História nos mostram. Na realidade, o impulso para a guerra partiu, também, dos *falcões de guerra* norte-americanos, radicados nos territórios do oeste, que nutria intenções agressivas sobre o Canadá e fizeram prevalecer seu ponto de vista no Congresso, apesar da ferrenha resistência apresentada pela comercialmente próspera Nova Inglaterra. A Guerra de 1812 foi nossa primeira guerra de conquista, para obtenção de vantagens.

Em virtude, entretanto, da discrepância de personalidades e da forma incompetente como foram conduzidas as operações terrestres, nada ganhamos a não ser as humilhações das incursões britânicas a nosso litoral e do incêndio de nossa capital. Somen-

te as brilhantes ações navais no Lago Ontário e em Lake Champlain impediram a realização de uma grande inva-

A Guerra de 1812 foi nossa primeira guerra de conquista para obtenção de vantagens.

são britânica a partir do Canadá e permitiram o aparecimento de *slogans* imortais, tão necessários ao orgulho nacional. *Encontramos o inimigo, e já o dominamos* (*We have met the enemy and they are ours*), e a última ordem do Coronel Lawrence, *Não se rendam: combatam até que o navio afunde* (*Don't give up the ship: fight her till she sinks*). Não importa que o navio em causa tenha sido abandonado. Esses combates e a famosa, ainda que superdimensionada, vitória de Jackson, em New Orleans, com a perda de 2 mil soldados britânicos contra 70 dos nossos, inclusive a morte do comandante britânico, Lord Pakenham, cunhado do grande Wellington, aumentaram desmesuradamente a autoconfiança norte-americana e fizeram esquecer o inconveniente fim da guerra, o impasse e o *status quo* ante.

Mesmo assim, os norte-americanos se sentiram, como nação, fortificados, a

despeito de quase se ter a Nova Inglaterra separado da República (na Convenção de Hartford, em 1814), unidos e confiantes, em seus sentimentos nacionais, do que desde a Revolução. Não menos importante, a guerra confirmou, como registrado por Alfred Gallatin, secretário do Tesouro, a necessidade de criação de impostos para manutenção de um estamento militar, idéia não partilhada pelo povo. O Congresso, muito escrupulosamente, autorizou a criação de um Exército de dez mil homens, o que correspondia à metade do solicitado pelo Presidente Madison, e determinou que os navios armados dos Grandes Lagos fossem desmobilizados e encostados.

A parcimônia dos recursos, entretanto, não foi capaz de limitar a autoconfiança. Menos de dez anos depois, e sem recursos militares para garantir sua atitude, os Estados Unidos, no governo do Presidente Monroe, anunciaram aos países da Europa que qualquer tentativa, por eles realizada, para estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério seria considerada perigosa à nossa paz e segurança. Não menos enérgico,

porém menos conhecido, foi o aviso que Monroe enviou ao Czar Alexandre I, da Rússia, para que se afastasse do litoral do Pacífico, que, à época, não era sequer território norte-americano, *porque os continentes americanos³, pela condição de liberdade e independência que escolheram e mantêm, não devem ser considerados, a partir de agora, como sujeitos à colonização de qualquer país europeu.*

A exuberância da dimensão constitucional, da disposição de recursos ilimitados, de uma nova nação, com um novo propósito, deu origem à Doutrina Monroe, nossa primeira demonstração de pretender exercer um papel de âmbito mundial. Durante o resto do século, viveu-se um clima de confiança, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento de uma capacidade militar. Sentia-se confiança na segurança de nossa fronteira oceânica, em nossa crescente capacidade física, geográfica e industrial. Sem o disparo de um só tiro, com a aquisição da Luisiânia, em 1803, a área do país foi aumentada em quase um milhão de milhas quadradas, passando a estender-se do Golfo do México às Montanhas Rochosas. *Deveremos*

esperar que algum gigante militar transatlântico transponha com um passo, o Oceano Atlântico e nos esmague com um golpe? Declamava, em 1838, o jovem Abraham Lincoln. Nunca! Nem todos os Exércitos da Europa, Ásia e África, combinados com todos os recursos da terra (exceto os nossos) à disposição, com um Bonaparte no comando, serão capazes de beber às margens do Ohio ou de abrir uma trilha no Blue Ridge, nem, que, nessa tentativa, levem cem anos!

Nesse ambiente de soberba segurança, sentíamos, na metade do século, o apelo de um destino manifesto para ocupar o continente que fora destinado, pela Providência, à nossa crescente população. Ainda que o conflito sobre o Texas já estivesse se arrastando há dez anos, desde o episódio do Álamo, entramos em guerra com o México, com quatro mil soldados e 12 peças de artilharia de campanha. Como era vedado às milícias o serviço no exterior, as forças combatentes foram formadas por voluntários, alistados por um ano, o que causou o reaparecimento do velho problema do retorno

³ N.T.: O plural é do original.

dos soldados a seus lares, exigindo substituição no meio das hostilidades. Mesmo assim, a guerra com o

A doutrina Monroe foi a primeira demonstração norte-americana de pretender exercer um papel de âmbito mundial

México foi popular, bem sucedida e lucrativa.

Os frutos da vitória, incluindo o já anteriormente anexado Texas, foram ainda maiores que os da aquisição da Luisiânia, totalizando mais de um milhão de milhas quadradas e compreendendo a Califórnia. O território dos Estados Unidos alcançara o Pacífico. O destino continuava a apontar na direção do oeste. Em alguns casos, o braço armado da Marinha levou o comodoro Perry a conseguir a *abertura* do Japão, isto é, a permissão para o comércio com esse país, mais uma vez sem o emprego das armas, à exceção, talvez das muito persuasivas salvas disparadas pelos canhões dos navios. Deva ou não ser esse feito considerado, estritamente, como o emprego do Poder Naval para a obtenção de um objetivo político, o resultado foi um decisivo passo em direção ao

Oriente, proporcionando a conclusão de tratados, o comércio e a permissão para o estabelecimento de estações de carvoagem para uma linha de navegação transoceânica no Pacífico.

A segurança não era, naqueles difíceis tempos, um problema para os Estados Unidos, à exceção de dissenções internas quanto ao problema da escravidão. Não pretendo abordar a Guerra Civil, já suficientemente conhecida, o que me permite passar para suas conseqüências. Ao seu término, as energias e indústrias explodiram em um crescimento material, não mais geográfico - um período de ferrovias, siderurgia, maquinaria a vapor, mercados externos, magnatas espoliadores e a época do ouro. A vitalidade nacional, evidente nesses anos, impelia à expansão, e assim se chegou ao fim do século, ao grande divisor, em que a Velha América, ciosamente antimilitarista, ingressou na triste e dura realidade da humanidade.

A BUSCA DO PODER

Por volta de 1860, quando o ideal da fronteira deixou nossa história, uma nova animação - o apelo à

aventura no exterior, à obtenção de influência, a conquista de territórios além de nossas fronteiras geográficas - ocupou o espírito norte-americano, que havia acreditado que essas idéias fossem malefícios característicos do Velho Mundo, que haviam sido por nós superados.

Mesmo o Presidente Benjamim Harrison deixou entrever, em seu discurso de posse, em 1889, que os interesses norte-americanos não eram tão exclusivamente norte-americanos, que nossa completa alienação a eventos que aconteçam em outros lugares possa ser considerada permanente. Como desejaríamos nos dias de hoje, dispor dessa *completa alienação*.

Uma parcela significativa da sociedade, conhecida como *anti-imperialista*, resistiu arduamente a essa tendência, tendo encontrado em Charles William Elliot, reitor da Universidade de Harvard, que denunciou o *abandono daquilo que é caracteristicamente norte-americano. A construção de uma Marinha de Guerra, dizia ele severamente, é especialmente de encouraçados, é política francesa ou britânica. Não deve, jamais, ser nossa. Mas ele lutava contra a maré.*

As mais significativas mudanças, na História, ocorrem em resposta às tendências do pensamento característico de uma época: dão forma, e implementam, alguma coisa que está em busca de expressão. Na década de 1890, a expressão era o Poder. O profeta do novo credo era o Almirante Alfred Thayer Mahan, cuja descoberta e épica formulação do poder que poderia ser exercido pelo domínio dos mares, publicada em 1890, sob o título *A influência do Poder Naval na História*, excitou não somente o país, mas, perigosamente, a Grã-Bretanha e a Alemanha. Seria desejável não envolver o Almirante Mahan, cuja citação é obrigatória nessas discussões, mas isso não é possível, uma vez que sua influência foi tão grande quanto fundamental. Uma figura representativa do velho pensamento norte-americano, em fase de desaparecimento, pode ser vista em seu pai, Dennis Hart Mahan, professor de Ciência Militar em West Point, de quem foi dito que nunca havia presenciado uma batalha e nunca saía de casa sem um guarda-chuva.

O principal discípulo e instrumento de Mahan foi

Theodore Roosevelt, que, guiado por ele, insuflou o Presidente McKinley a anexar o Havaí; que, como subsecretário da Marinha, determinou o reabastecimento de carvão e o aprestamento do Esquadrão Asiático para o ataque a Manila, antes que se iniciasse a guerra com a Espanha; que, como presidente, construiu encouraçados - dez em quatro anos -, o que tanto ultrajou o reitor Elliot; que *invadiu* o Panamá, de modo a interligar os oceanos, para que o preceito de Mahan (nunca dividir a Esquadra) pudesse ser seguido: que determinou ao Esquadrão do Atlântico que libertasse um cidadão norte-americano supostamente seqüestrado no Marrocos: que presidiu a Conferência de Paz realizada nos Estados Unidos para solucionar a Guerra Russo-Japonesa; que, deleitando-se com sua influência mundial, pressionou politicamente o Kaiser, no episódio de Algeiras; e que determinou a viagem de circunavegação da Grande Esquadra Branca, com o intuito de impressionar os demais países, em especial o Japão.

No fim de seu segundo mandato presidencial, os Estados Unidos, com 25 en-

couraçados e dez cruzadores pesados, em serviço ou em construção, eram o terceiro poder naval do mundo.

Enquanto isso, os Estados Unidos haviam lutado a Guerra Hispano-Americana, que não é significativa como guerra, apenas como exemplo do emprego do poder militar para obtenção de territórios. Por trás da popularidade da causa de prestar auxílio aos insurretos cubanos (naquele tempo, os Estados Unidos auxiliavam populações insurretas), estava uma vontade de como o Senador Cullom, do Alabama, tão sinceramente expressou anexar territórios de outro: *queremos todo o hemisfério norte, para nós.*

Os voluntários da Guarda Nacional, chamados a prestar serviço, atenderam pressurosamente, para encontrar uma surpreendente mistura de corrupção, má administração e incompetência no abastecimento e no provisionamento de armamento e, é claro, doenças, quando chegaram a Cuba. Entretanto, em virtude da situação do inimigo, a guerra foi vencida com facilidade. Obrigada a abandonar suas possessões no Caribe, a Espanha foi expulsada do continente ocidental

e os Estados Unidos se viram alçados à posição de potência colonialista, se bem que, nesse aspecto, não houvesse qualquer consenso

Para extremo embaraço, passou a ser necessária a imposição, pela força, do domínio norte-americano sobre povos que lutavam por sua independência, como haviam feito os velhos e maliciosos países da Europa.

popular. Foram anexadas Cuba, Porto Rico e as Filipinas, que se mostraram, desconcertadamente, antipáticas à nossa soberania. Também assim ficaram cheios de dúvidas os anti-imperialistas, os velhos crentes do antigo pensamento norte-americano, cujos representantes do Senado, por apenas um voto, quase conseguiram impedir a ratificação do tratado com a Espanha, no qual era confirmada a transferência da soberania sobre as Filipinas.

Para extremo embaraço, passou a ser necessária a imposição, pela força, de nosso domínio sobre povos que lutavam por sua independência, como haviam feito os velhos e maliciosos países da Europa. Observa-

se, entretanto, que se concedeu às Filipinas uma promessa de futura independência, mais tarde cumprida, e que, após alguns tediosos retardamentos, eventualmente se abriu mão de Cuba, com exceção de uma área, retida para a construção de uma base naval. A guerra das Filipinas, não tanto contra os espanhóis, mas principalmente contra os moros⁴, sedimentou, na sociedade norte-americana, um grande cisma. Provocou uma amargura na opinião pública, só comparável à da era do Vietnã. O preço pago para se tornar uma potência na região do Pacífico foi a criação do fantasma de uma esquadra dividida e, na nova Base Naval de Pearl Harbor, de um refém do destino.

O MITO DO ISOLACIONISMO

A partir de então, a consciência norte-americana oscilou entre a conquista e a renúncia de território. Menos predadores que europeus e japoneses, os Estados Unidos não reivindicaram terras na China, se bem que muito tivessem desejado utilizar os privilégios dos por-

tos do Tratado, estabelecidos pelos britânicos. Depois da rebelião dos *boxers*, 1000, conquistamos o direito de manter, em território chinês, um regimento norte-americano, ao mesmo tempo em que abrimos mão da indenização a ser recebida pelos danos provocados pelos *boxers* em proveito dos chineses que estudavam no exterior.

Entramos, então, no século XX, no qual os problemas de segurança nacional e de poder militar jamais teriam a simplicidade anterior. Os escândalos que cercaram a guerra com a Espanha não poderiam ter sido apagados ou esquecidos. Como secretário da Guerra, Elihu Root sacudiu a estrutura, reorganizou as velhas Secretarias de Estado e criou esse órgão do moderno profissionalismo militar, o Estado-Maior Geral. Recebido o instrumento, tinha ele que ser utilizado: o planejamento do emprego do Poder Militar inseriu-se, permanentemente, no sistema norte-americano. A última oportunidade de ser diferente, de se institucionalizar como uma nação não-militarista, havia sido desprezada.

Há sempre um intervalo de tempo para que as diferenças se tornem percepti-

⁴ N.T.: Habitantes das Filipinas, de origem malaia e religião maometana.

veis. O povo norte-americano e seus líderes, os presidentes Taft e Wilson, acreditavam firmemente que os Estados Unidos se poderiam manter imunes às crescentes tensões que se desenvolviam na Europa. O chefe do Estado-Maior, General Leonard Wood, discordava, e se sentia frustrado em seus esforços para a organização de uma estrutura capaz de recrutar e prestar um Exército adequado para atender à ocorrência de uma guerra de grandes dimensões. Quando, em 1914, no princípio da guerra, o Presidente Wilson pediu a seus conterrâneos que se mantivessem *neutros, tanto de fato quanto em sentimento, imparciais, tanto em pensamento quanto em ações*, o povo, com algumas exceções, alegremente atendeu. A neutralidade havia sido, desde a *Proclamação de Neutralidade*, de George Washington, e do subsequente Decreto de Neutralidade, de 1794, uma premissa de nossa nação. As realidades de 1914-17 superaram as vontades e, cinco meses após a reeleição do Presidente Wilson, com o *slogan ele nos manteve fora da guerra*, os Estados Unidos se tornaram um dos beligerantes.

Como a peste negra, os terríveis sofrimentos e punições infligidos pela Grande Guerra não tornaram melhor a natureza humana ou prepararam um mundo novo, purgado e melhor. A desilusão foi generalizada. Nos Estados Unidos, fez renascer a aversão para com os assuntos europeus e o ideal do isolacionismo, que a inepta condução, por Wilson, do *affair* Liga das Nações nada fez para mitigar. O antimilitarismo voltou a florescer, na década de 1920, e se refletiu nas limitações às forças navais da Conferência de Washington e no Pacto Kellog-Bruand, nobre, porém impraticável, de renúncia à guerra como instrumento da política. Durante a fase de *apaziguamento*, na década de 1930, o antimilitarismo atingiu sua culminância, combinando-se ao isolacionismo, por uma insistente existência pública pela promulgação de outra *Proclamação de Neutralidade*, como a de Washington, para impedir qualquer tipo de envolvimento.

Essa exigência foi ainda mais alimentada pela Comissão de Investigação sobre Munições do Senado, presidida pelo senador Nye, que, em 1934-36, apresentou ao

público 18 meses de depoimentos sobre os cartéis, o comércio, os financiamentos e os lucros da indústria bélica. O resultado foi um clamor por legislação que proibisse a venda de armamentos a todos os beligerantes e diminuísse, por meio de drástica taxaço e aumento de impostos, os lucros provenientes da guerra. O próprio senador Nye parece ter ficado sinceramente horrorizado ao descobrir que o governo era sócio na venda de armamento, *a mais viciosa*, disse ele, *de todas as descobertas feitas*. O que diria ele, na atualidade, quando este é o maior dos negócios do governo?

A *Proclamação de Neutralidade*, promulgada quase unanimemente em ambas as casas do Congresso, destinava um embargo obrigatório a todos os beligerantes. O Presidente Roosevelt não conseguiu obter poderes discricionários para decidir entre agressor e vítima, porque os congressistas acreditavam que isso nos envolveria em querelas alienígenas. Quando a Europa, por fim, se levantou em armas contra Hitler, o sentimento isolacionista, representado pelo movimento *América em Primeiro Lugar*, era tão acendrado que o alista-

mento militar, que, em 1940, fora autorizado por apenas um ano, só foi aprovado em 1941, por apenas um voto no Congresso. Não fora pelo ataque japonês a Pearl Harbor e pela estranha estupidez da declaração de guerra feita por Hitler aos Estados Unidos, quem seria capaz de adivinhar por quanto tempo, e com que conseqüências, poderiam os Estados Unidos permanecer fora da guerra?

A IDADE DA INSEGURANÇA

O poderio militar e as atitudes desenvolvidas pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial não precisam ser aqui lembrados. A nossa invenção da bomba atômica marca o início de uma nova era militar e o advento, no fim da década de 1950, dos mísseis balísticos intercontinentais encerrou, como uma possibilidade prática, senão como um sentimento, o isolamento espacial em que vivêramos. Sabem, agora, todos os norte-americanos que podemos ser atingidos, se não invadidos, e sofrer mortes aos milhões, e ninguém mais se pode agarrar ao sonho de uma invulnerabilidade. A pergunta que se nos apresenta é como poderão os ideais estabelecidos ao

longo dos dois últimos séculos repercutir no desempenho norte-americano nos desafios que estão à frente?

O primeiro aspecto a considerar é a identificação de quem são os norte-americanos, nos dias de hoje, e quão relevante é, para eles, a experiência obtida, no passado, por seu país de adoção. Somos, como todos sabem, um conjunto de imigrantes das mais variadas origens. Somos todos de extração estrangeira, mas há quanto tempo? Por ocasião da Revolução éramos, largamente, homogêneos e nativos, com cerca de 80 por cento da população oriunda do Reino Unido. A partir de 1830, começou o influxo de irlandeses, alemães e escandinavos, seguidos, no fim do século passado e continuando neste, por uma onda de italianos, eslavos e judeus. Ao todo, um total de cerca de 1 1,5 milhões de pessoas nascidas no exterior se incorporou à população dos Estados Unidos, no primeiro quartel do século XX.

O regime de quotas e restrições à imigração, adotado em 1924, reduziu, drasticamente, o fluxo migratório. Mas, desde o término da Segunda Guerra Mundial, a liberalização das leis reabriu

as portas para outros 11 milhões de imigrantes, nos últimos 30 anos, com a origem européia perdendo posição para as origens hispânica e asiática. Anualmente, os nascidos no exterior, somados à sua primeira geração, constituem cerca de 20 por cento da população deste país. A maior parte já adquiriu o direito de cidadania: em 1970, apenas dois por cento não o havia feito.

Duzentos anos atrás, Crèvecoeur formulou sua famosa pergunta: *Quem é, então, o americano, este novo homem?* Ele acreditava que essa criatura, sem classes sociais, independente e autoconfiante, havia em verdade sido produzido pelas oportunidades e pelo desafio de uma nova terra. No século XIX, a imagem preferida era a do cadinho, fundindo todas as nacionalidades em uma só, um homem remodelado, o americano. Nos dias de hoje, os etnólogos e demógrafos estão, açodadamente, rejeitando a idéia do cadinho e descobrindo a ressurgência do que vêm chamando de *etnicidade*, que trata, com desprezo, as noções de assimilação e a *americanização*. Atribuem eles esse fenômeno à rejeição dos valores tradicionais norte-americanos e à substituição

do patriotismo pelo cinismo como decorrência do Vietnã, do Watergate, dos problemas dos negros e de outros infortúnios. A análise pode ser válida, mas não, creio eu, definitiva. Os que chamam de *porcos* os policiais, que vêem os Estados Unidos não mais como progressistas e bons, mas como opressores, imorais, hipócritas, militaristas e imperialistas são uma pequena minoria, mas essa postura não pode ser inteiramente desprezada pelos responsáveis pela formulação da política.

Suspeito que, de modo geral, os cidadãos deste país, deixando de lado os imigrantes dos últimos dez anos, absorveram a postura nacional em suas escolas, imprensa, afluência generalizada e fatos da vida comunitária sem que, necessariamente, a tivessem conhecido, por si próprios ou por seus antepassados. Não se pode mudar os avós, tem sido dito, mas se os pode esquecer. Se a *etnicidade* está em crescimento, é provável que seja efêmera; o sentimento de americanização é mais forte e, possivelmente, muito mais profundo.

A determinação de como esses vários componentes da experiência nacional irão influenciar as atitudes nor-

te-americanas em relação à guerra e à política internacional, nos próximos anos, está, creio, fora de nossa capacidade, até porque as atitudes são as criadoras dos acontecimentos e os acontecimentos que o futuro nos reserva são, a maior parte das vezes, imprevisíveis. Se recordarmos o significativo bloco representativo do sentimento isolacionista que, em 1941, quase impediu a aprovação do alistamento militar, que previsão, àquela ocasião, poderia ter antecipado a beligerância, coesa e determinada, que, seis meses depois, nos dominaria e nos conduziria através de uma dupla guerra, na Europa e na Ásia? Um acontecimento externo, devido à vontade e erro de avaliação de outro país, foi o responsável por isso.

A propósito, é interessante observar que três alterações significativas, no curso da História, ocorreram devido ao menosprezo pelo povo norte-americano: pelos britânicos, em 1776, que julgaram que as colônias independentes jamais apresentariam uma resistência coesa e que, como soldados, os norte-americanos eram uma ralé, que fugiriam da luta e *derreteriam* diante das tro-

pas britânicas; pelos alemães, em 1916, quando aceitaram correr o risco da entrada dos Estados Unidos na guerra, ao recomeçarem a campanha submarina irrestrita, acreditando que os norte-americanos não seriam capazes de mobilizar, aprestar e transportar, para a Europa, quantidade suficiente de soldados a tempo de afetar o desenrolar da guerra: e finalmente, em 1941, pela ilusão dos japoneses de que os Estados Unidos, com o afundamento dos encouraçados de sua esquadra do Pacífico, entrariam em pânico e poderiam ser persuadidos a evitarem mais hostilidades, concedendo, ao Japão, liberdade de ação para a conquista de seu império na Ásia.

Cito esses exemplos da fragilidade dos pré-julgamentos não como uma sugestão de que os norte-americanos, necessariamente, se comportarão da mesma forma perante os acontecimentos futuros. Na realidade, prefiro pensar que não o farão. Não mais exibimos o espírito estimulante de 1776, nem a singeleza das crenças de 1917, e somente o futuro nos dirá se a História de novo nos confrontará, como em 1941, com a alucinação de um oponente.

Enquanto isso, na peculiar crise da nova era militar – a idade da insegurança –, os Estados Unidos já se desvençilharam de um de seus princípios tendo passado, ao menos mentalmente, do despreparo para a superpreparação e se encontram, agora, cambaleantes sob o peso da supercapacidade de destruição.

A guerra, nos dias de hoje é – ou deveria ser – mais um problema a ser evitado. Os estudos militares cuidam da violência – de seu emprego, da seleção de alvos para obliteração, da tecnologia das armas utilizando concepções estratégicas que vão da retaliação maciça à resposta flexível, à capacidade de destruição mútua, ao emprego de armas nucleares no teatro de operações – ou seja lá o que for este ano –, em suma, das armas disponíveis e dos métodos de travar a guerra – enquanto que, se a sobrevivência é o propósito, o planejamento deveria ser orientado para como obtê-la sem o recurso às armas. Se todas as habilidades e energia que estão sendo empregadas em armamentos e em estratégias de emprego fossem dirigidas para buscar uma base razoável de entendimento, talvez

até de coexistência, poder-se-ia chegar a encontrá-la.

Jamais existiu capacidade militar como a atual, mas ela é muito menos utilizável do que em qualquer época; pode destruir, mas não é capaz de atingir propósitos políticos, como os norte-americanos dolorosamente aprenderam nesta última geração. Impasse na Coreia do Norte, fiasco na Baía dos Porcos, impotência no Irã incompetência na condução da operação de resgate dos reféns não constituem um retrospecto capaz de nos convencer da eficiência do Poder Militar como instrumento de política (à exceção da “cincada” na operação de resgate, não considero os militares tão culpados por esses resultados, como a política, mas isso é outra discussão). Recursos militares não foram capazes de manter a Indochina ou a Argélia para a França. O que ganhou a União Soviética no Afeganistão? O que podem eles fazer quanto ao petróleo, essa ameaça iminente para o futuro? Não parece existir nenhum analista militar que acredite que se possa, com sucesso, ocupar e operar um campo petrolífero no Oriente Médio. O problema do petróleo pare-

ce, ao leigo, relativamente simples, necessitando apenas da existência de coesão entre os países importado-

Jamais existiu capacidade militar como a atual, mas ela é muito menos utilizável do que em qualquer época; pode destruir, mas não é capaz de atingir propósitos políticos.

res. Isso não exige canhões, mas bom senso, o que não parece ser o forte do mundo nos dias de hoje. *Onde a sabedoria se faz necessária*, dizia Heródoto, há mais de 20 séculos, *o emprego da força é de pouca utilidade.*

Será possível que o Poder Militar esteja às portas da obsolescência, e que todas as discussões a que, recentemente, temos assistido, sobre a exequibilidade de uma guerra nuclear, são o último brado dos profissionais da guerra, incapazes de considerar qualquer outra opção? Estou bem consciente de que o problema de segurança nacional é visto como uma confrontação entre duas superpotências hostis, mas não creio que a segurança dependa de uma interminável corrida em busca da superioridade bélica, que não pode ser nem confiável nem duradoura.

A INCERTEZA DO APOIO POPULAR

A segurança não depende de arsenais, mas da capacidade nacional, política e econômica, do comércio, das alianças, dos amigos e inimigos, do equilíbrio de forças e, acima de tudo, da coesão interna da nação.

Poder-se-ia considerar como segurança a colocação de armas tecnologicamente maravilhosas nas mãos de pessoal que tenha sido reprovado no ginásio, ou de analfabetos funcionais? Ou ver-se a indústria automobilística, que já foi o principal empreendimento norte-americano, ser dirigida por imbecis? Será segurança ter-se um sistema educacional decrépito, viciados em drogas nas escolas primárias, corrupção nas cidades, uma subclasse social de pessoas de cor que sente não ter lugar a ocupar em nossa sociedade? É segurança ter metade da população tão alienada quanto a seu governo que não se incomoda, sequer seu direito de voto? A segurança nacional depende, no fim, da vontade do povo em lutar pela defesa de suas instituições e isso depende do valor que se dá a elas.

Ainda que possam parecer muito afastados da escolha de alvos e das táticas, os estrategistas deveriam considerar, creio eu, no que diz respeito ao papel dos Estados Unidos nos anos 80, seu povo e a forma como encaram os acontecimentos. Não se pode esquecer a resistência dos mórmons às instalação dos MX em Utah e Nevada. Ainda que não possam ser considerados favoráveis ao comunismo, os mórmons não desejavam se tornar alvos prioritários dos mísseis inimigos, e penso que este sentimento possa ser estendido a toda a população. Os norte-americanos, pela primeira vez, temem por sua segurança. Este é um novo elemento em nossa história, ao que parece bastante generalizado, e não se pode estar certo de seu efeito. Ao mesmo tempo, os norte-americanos desejam se sentir fortes de novo, depois das frustrações e humilhações dos últimos anos e assim, podem ser induzidos, como o governo Reagan considera, a aceitar maiores gastos militares. Apesar da existência de indicadores nessa direção, é possível que ocorram mudanças nesse aspecto. Manifestações contra o armamen-

to nuclear, como as patrocinações pelo movimento, No Nukes, parecem estar crescendo e se fazendo ouvir, não só em muitas regiões do país como, sem dúvida, no exterior.

No que diz respeito a problemas referentes a emprego de poder, nestes tempos conturbados, a opinião pública, uma variável não muito responsável é de muito difícil previsão. Os norte-americanos são muito suscetíveis a propagandas alarmistas e se sensibilizam facilmente com a ameaça vermelha, mas, ainda que receiem a expansão do comunismo, temem ainda mais as bombas, o que significa que não desejam ser obliterados. Entretanto, se esse sentimento se vai traduzir em pressão política para a adoção de bom senso na formulação da política exterior é, ainda, uma pergunta sem resposta.

Um segundo fator a atuar sobre a opinião pública é a descrença. Por causa das muitas mentiras, disfarces e tapeações que a Casa Branca, nos últimos anos, tem distribuído á imprensa, os norte-americanos estão menos predispostos a acreditar, automaticamente, no *evangelho* oficial. Apresentar EI

Salvador como uma ameaça vermelha à nossa segurança mereceu tanta credibilidade quanto o teria o sucesso de um balão de ferro. Os relatórios e números que falam sobre uma superioridade soviética, elaborados por grupos de pressão, de interesses vestidos e *lobbies* de uma facção ou de outra, servem apenas para confundir. É nos dito, um dia, que os soviéticos dispõem de 1.500 navios de guerra contra os nossos 750, ou proporção semelhante, e, no dia seguinte, que isso só pode ser verdade, usando as palavras de um analista do Brookings Institute, *se contarmos tudo o que é capaz de flutuar em uma banheira* e que, em termos de tonelagem, a proporção é inversa. As mesmas contradições nos são apresentadas para as ogivas nucleares, os mísseis e aviões de caça, suas características e precisão, o número de tanques e em todas as outras comparações. Uma vez que nada disso é, mesmo remotamente, compreensível ao leigo, ele deixa de acreditar em todas e reagirá, suspeito, como os mórmons, exclusivamente na defesa de seus interesses pessoais.

Um princípio que ainda deve ser levado em conta é

a resistência à conscrição. Pessoalmente, considero-a lamentável, porque acredito que um exército de cidadão, sem exceções preferenciais é, não só, o único sistema justo como, em última análise, a única defesa segura, e que a reinstauração da conscrição universal é a única forma de sermos levados a sério por nossos antagonistas e - se acreditarmos que a segurança nacional é tão premente - por nós mesmos. Temendo a ocorrência de um desastre político-eleitoral, o governo norte-americano não se arriscará a tomar essa decisão, preferindo desperdiçar nossos recursos em uma intensa proliferação e dependência em material bélico. Não há dúvida que, desta forma, conseguiremos restabelecer e equilíbrio militar e, provavelmente, ostentar, por algumas semanas, uma certa superioridade, mas não teremos, de forma alguma, estabelecido um *modus vivendi* - um modo de viver, não de morrer - para o resto da década de 1980.

O último fator é puramente especulativo. Penso que o norte-americano deseja se sentir, de novo, virtuoso, o que não significa que a moralidade tenha, sempre, caracterizado nossas atitudes

no passado, mas esta é a imagem prevalente. Dúvidas quanto a nossas virtudes têm aparecido nos últimos

Os norte-americanos, pela primeira vez, temem por sua segurança. Este é um novo elemento em nossa história, ao que parece bastante generalizado, e não se pode estar certo de seu efeito.

15 anos, o que poderá conduzir a alguma resistência para o emprego do poder militar, a não ser que em defesa própria. Esta é, também, uma pergunta sem resposta.

Não posso prever que efeitos terão essas atitudes do povo: não são passíveis de análise em computador. Minha impressão é que o armamento e seu potencial bélico, na era nuclear, se tornaram tão complexos e perigosos, e a relação entre Estados tão incertas, que os profissionais da guerra os formuladores da política não sabem, na realidade, o que fazer.

Talvez tenha que se deixado à opinião pública, esse delicado talo de junco, impedi-los, como dito, em 1914, por Lloyd George sobre os países, de *recuar em direção ao precipício*. Mas eu, também, não contaria com isso. ●